

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.561 - SP (2019/0340552-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA
PROCURADOR : PAULO HENRIQUE TESSARO - SP343055
RECORRIDO : PHELIP ANDRE LOUREIRO E SILVA 36937049889
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - Insurgência da Municipalidade em face da decisão que determinou o recolhimento das custas respectivas para citação do executado - Desacolhimento - Atenção ao princípio da colegialidade - Necessidade de distinção dos conceitos de custas processuais e de despesas postais - Recolhimento pela Municipalidade que se impõe, diante da impossibilidade de se atribuir ao Poder Judiciário o pagamento de serviço prestado por terceiro, cujo interesse é da própria exequente - Outrossim, tal entendimento se coaduna ao disposto no Provimento CSM nº 2.292/2015 - Manutenção da r. decisão recorrida - Recurso desprovido" (fl. 11e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 91 do CPC/2015 e 39 da Lei 6.830/80.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Nobres Julgadores, restam contrariados os artigos das citadas leis federais, pois, é certo que a Fazenda não é obrigada adiantar o pagamento para realização do ato processual. Decerto que o recolhimento é sempre postergado ao final e pago pelo vencido, o qual pagará a importância destinada à prática do ato processual requerido. Evidente, assim, a contrariedade à lei, na medida em que o v. acórdão recorrido impõe o recolhimento antecipado pela Fazenda Pública. E como reforço argumentativo, destacamos que para as Fazendas Públicas, o recolhimento diferido no tempo assume a natureza pro domo sua, isto é, o ato realizado em seu interesse ocasiona, se for o caso, o recolhimento do numerário ao final, caso vencida.

Registre-se que esta é a exegese da legislação aplicável à matéria, como se extrai do artigo 39 da Lei Federal nº 6.830/80 e do artigo 91 do Código de Processo Civil, ratificada por este Egrégio Tribunal, no julgamento do REsp 1.343.694/RS e do AgRg no REsp 1.483.350/MG.

Destarte, por expressa previsão normativa, resta sedimentado o entendimento no sentido de que o serviço para postagem para citação pode ser concretizado ao final, razão pela qual se mostra inexigível impor à recorrente o seu recolhimento de forma antecipada.

Assim, evidente o desacerto do v. acórdão, ora recorrido, por contrariar a norma do artigo 39 da Lei Federal nº 6.830/80, assim como o artigo 91 do Código de Processo Civil" (fl. 20e).

Requer-se, por fim, "seja conhecido e provido o presente recurso, reformando-se a r. decisão recorrida, por ser medida da mais lúdima JUSTIÇA" (fl. 23e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 26/28e).

O recurso merece prosperar.

Orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que cabe ao Poder Judiciário a elaboração e a expedição de cartas citatórias, incluindo-se, na dispensa de recolhimento antecipado de custas, as despesas postais com o correspondente envio da citação.

Confirmam-se os seguintes precedentes ilustrativos:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CARTA PRECATÓRIA. EXPEDIÇÃO. ATRIBUIÇÃO DO ESCRIVÃO DA SERVENTIA JUDICIAL. CUSTAS PARA DESPESAS POSTAIS. RECOLHIMENTO ANTECIPADO PELA FAZENDA. DISPENSA. PROVIMENTO.

1. O Tribunal gaúcho assim decidiu (fl. 40, e-STJ, grifou-se): '(...) não se insere no rol de atribuições do escrivão, promover a instrução e a distribuição das cartas precatórias perante o Juízo deprecado. Em verdade, essa incumbência recai sobre a parte interessada, cabendo a esta, inclusive efetuar o pagamento das despesas concernentes a efetivação do ato, exceto quando litigar sob o pálio da benesse da gratuidade da justiça, hipótese que não se configura na espécie'.

2. O entendimento exarado não encontra qualquer sustentáculo, na medida em que afirmou que o Município, ao ajuizar Execução Fiscal, deve pagar despesas relativas à

expedição de carta precatória, além de afirmar que descabe ao escrivão distribuir a referida missiva.

3. A Primeira Seção do STJ, ao apreciar os REsp 1.107.543/SP e 1.144.687/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento de que a Fazenda Pública, em Execução Fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/1980.

4. Ademais, o art. 152, I, do CPC/2015, que está evidentemente acima de regimentos e leis estaduais na hierarquia normativa, é inequívoco em salientar que incumbe ao escrivão redigir, na forma legal, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício.

5. Outrossim, a parte, por não integrar o Judiciário, não possui – e nem poderia ter – competência legal, nem ingerência administrativa na serventia judicial para expedir, por ela própria, cartas precatórias, sobretudo diante da crescente hegemonia nacional dos processos eletrônicos, os quais são impulsionados por sistemas digitais manejados exclusivamente pelos servidores públicos de cada Tribunal.

6. Recurso Especial provido, determinando-se a distribuição da precatória na origem" (STJ, REsp 1.817.963/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/09/2019).

"TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO DAS DESPESAS DE POSTAGEM DE CARTA CITATÓRIA. INEXIGÊNCIA. ART. 39 DA LEI Nº 6.830/80.

I - A Fazenda Pública é isenta do recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, dispêndio que será recolhido, ao final, pelo vencido. Precedentes: AgRg no REsp 1483350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26/11/2014; REsp 1332428/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 03/09/2012 e REsp 1107543/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 26/04/2010.

II - Recurso especial provido" (STJ, REsp 1.778.801/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora